

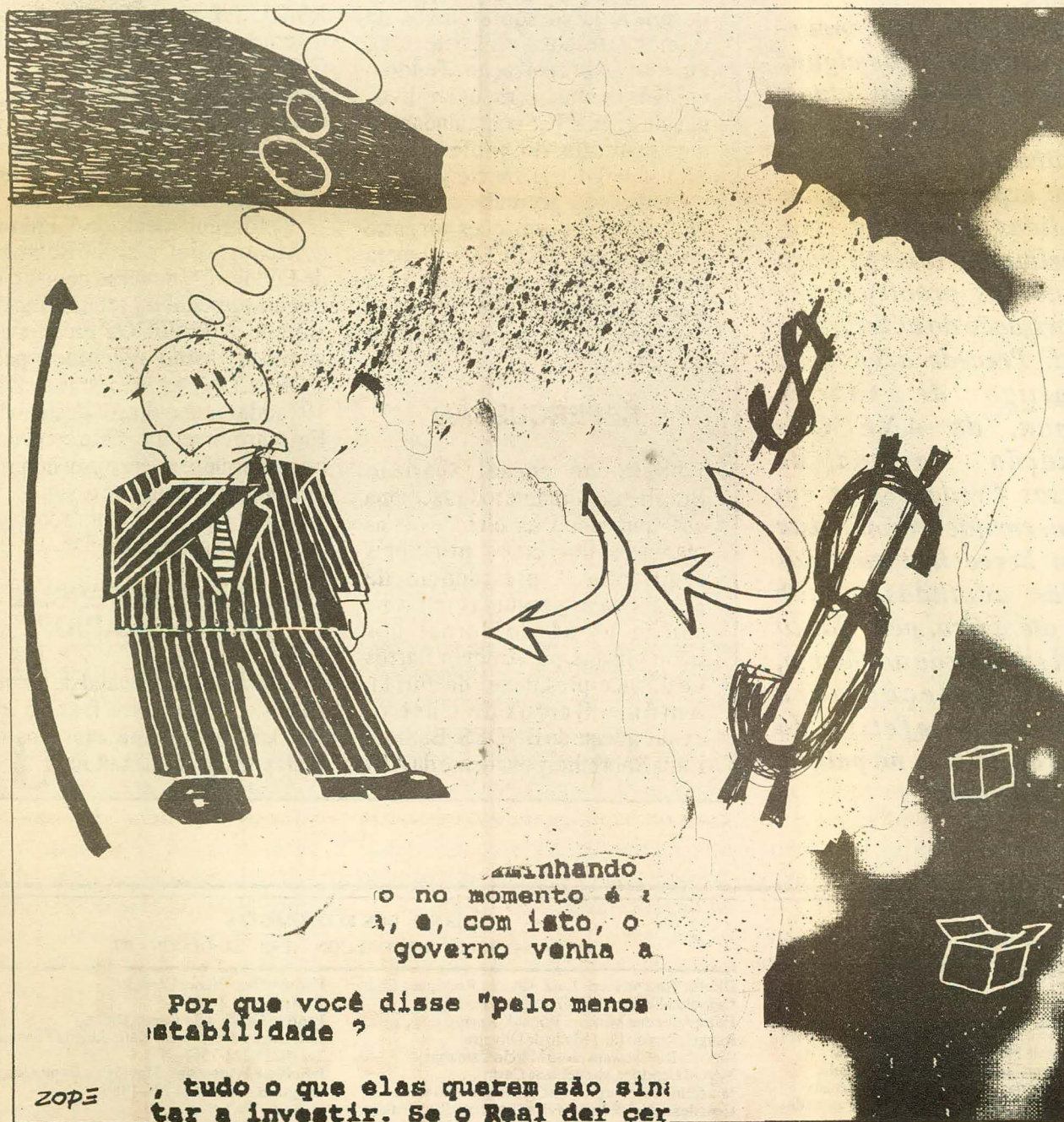
Jornal dos Economistas RJ

Nº 65 • Setembro 1994

Desindustrialização na América Latina

Em entrevista, Ricardo Bielshowsky fala sobre seu trabalho na Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL e qual a sua visão sobre os problemas macroeconômicos que afetam as indústrias do Brasil, em comparação ao que ocorre na Argentina, Chile e México.

Páginas 6 a 8



Artigo
Dercio Munhoz:
que reforma
constitucional
queremos?

Páginas 3 e 4

O imobilismo
da indústria
petroquímica

Página 5

Enquete:
as novas taxas
de câmbio e sua
repercussão nas
exportações
brasileiras

página 10

Eleição no
CORECON
26 de outubro

página 12

As alterações feitas a partir do último número do *Jornal dos Economistas*, unificando as publicações do CORECON, IERJ e Sindecon, no *Jornal dos Economistas*, já nos deram retorno gratificante, com a repercussão das respostas dadas ao jornal pelos cinco principais candidatos à presidência, reproduzidas na íntegra, durante uma semana, pelo "Correio Braziliense". Os responsáveis por este jornal sentem-se recompensados pelo esforço que têm empenhado na tentativa de levantar a discussão pluralista nos diversos temas que norteiam a vida política e econômica do país. Esperamos fazer do *Jornal dos Economistas* um veículo ainda mais representativo, apresentando temas atuais que possam servir de referencial para os jornais da grande imprensa.

Neste número, o *Jornal dos Economistas* traz uma entrevista com o carioca Ricardo Bielschowsky, hoje trabalhando na Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL. Bielschowsky falou à reportagem sobre sua recente pesquisa no órgão, a respeito da participação das multinacionais na reestruturação dos sistemas manufatureiros nos países latino-americanos e sobre o atual panorama econômico do Brasil.

Também nesta edição, o economista na UNB, Dercio Munhoz, disserta sobre o que provavelmente será um dos grandes temas da vida política brasileira, uma vez definida as eleições: a reforma constitucional. Munhoz acredita que a reforma não pode ser vista como único caminho para uma estabilidade do país, já que nada indica que alterações de caráter institucional possam dar a um plano de estabilização aquilo que eventualmente não tenha incorporado, mediante uma discussão ampla que permita à sociedade avaliar os reflexos das mudanças propostas.

Finalmente, uma enquete mostra a opinião de alguns economistas sobre as atuais taxas de câmbio e suas conseqüências, sobretudo no setor de exportações, e quais as medidas que o governo provavelmente tomará para contornar os problemas da desvalorização do dólar frente ao real. Precede a enquete, um artigo de Clarice Pechman, da ANECC - Associação Nacional de Empresas Credenciadas em Câmbio, em que a economista faz um breve histórico das medidas adotadas, desde agosto até agora, pelo Banco Central em relação ao câmbio, e chama a atenção para uma redução efetiva da entrada de dólares no país no período pós-real.

ÍNDICE BRASILEIRO DE BIBLIOGRAFIA ECONÔMICA

O CORECON está em contato com a empresa de informática BCS - Brasília Computadores e Sistemas Ltda, para receber o *Índice brasileiro de bibliografia Econômica*. Com este acerto, o Conselho dos Economistas do Rio de Janeiro dá um importante passo para a informatização de sua biblioteca.

A base informatizada de dados bibliográficos da BCS, na área de economia, oferece informações desde 1970, em forma de artigos em revistas especializadas; informações desde 1985, em forma de coletânea de artigos de economia publicados em livros, livros de economia publicados no Brasil e publicações com estatísticas econômicas; informações dos últimos cinco anos sobre a legislação econômica (leis e decretos); além de um arquivo sobre cursos de economia (escolas e livros textos), em fase de organização. Tendo o cuidado de atualizar seus arquivos anualmente, a BCS conta ainda com a consultoria do professor de economia da UNB, Dercio Munhoz.

Uma vez acertado o fornecimento das informações por parte da BCS, o CORECON planeja colocar um microcomputador em sua biblioteca, que ficará à disposição para pesquisas e consultas.

REPERCUSSÃO

Saiu no jornal *Correio Braziliense* - durante toda a semana que antecedeu às eleições - as respostas dos cinco principais candidatos à presidência da República às perguntas feitas na edição nº 64 do *Jornal dos Economistas*, por Antenor Barros Leal, vice-presidente da Firjan, Antônio Barros de Castro, ex-presidente do BNDES, Barbosa Lima Sobrinho, presidente da ABI

e Hebert de Souza, diretor do IBASE. As respostas de Espiridião Amin, Fernando Henrique Cardoso, Leonel Brizola, Luiz Lula da Silva e Orestes Quercia foram reproduzidas na coluna *Correio Econômico*, de Carlo Iberê Freitas.

5º PRÊMIO DE MONOGRAFIA

As inscrições para o 5º Prêmio de Monografia do Conselho Regional de Economia serão encerradas no próximo dia 17. Desde 1990, o CORECON promove o concurso, que tem como objetivo premiar os melhores trabalhos da fase de conclusão dos cursos em graduação em Economia dos estudantes das instituições fluminenses.

Coordenado este ano pela conselheira Maria José Cyhlar Monteiro, o concurso premiará os três primeiros colocados, com R\$ 1.100,00, R\$ 550,00 e R\$ 275,00, respectivamente. As inscrições deverão ser feitas pelo Chefe do Departamento de Economia de Universidade ou pela direção ou equivalente de faculdades isoladas, mantendo-se invioláveis os nomes do autor, orientador e da instituição.

Pelo regulamento do 5º Prêmio de Monografia Conselho Regional de Economia, deverão constar no trabalho apenas o pseudônimo do autor e o título. Os envelopes, lacrados, serão recebidos pelo CORECON (Av. Rio Branco 109, 19º andar) até o dia 17 deste mês. Em outro envelope, carta contendo o nome a que se refere o pseudônimo e o nome do orientador, assim como da instituição, para leitura e contato, em caso de premiação.

VALOR REFERENCIAL DE HONORÁRIOS

O Valor Referencial de Honorários (VRH) está fixado em R\$ 0,50 (cinquenta centavos de real) para o mês de outubro.

CORECON

Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro
Av. Rio Branco 109 - 19º andar - Rio de Janeiro - RJ - Cep 20054
Tel. (021) 224-0578 - Fax (021) 221-0958

Presidente: Hélio Oliveira Portocarrero de Castro

Vice-Presidente: Luiz Antonio Rodrigues Elias
Conselheiros Efetivos: Hélio Oliveira Portocarrero de Castro, Luiz Antônio Rodrigues Elias, Adhemar dos Santos Mineiro, Carlos Francisco T. M. R. Lessa, José Roberto Correia Soeiro, Maria José Cyhlar Monteiro, Maurício Buzanovsky, Ronaldo Raemy Rangel, Sidney Pascounto da Rocha

Conselheiros Suplentes: Alexandre Baptista Freire, Carlos Aguiar de Medeiros, Eduardo Luiz de Mendonça, Luiz Carlos Pires de Araújo, Paulo Sérgio Souto, Renato Augusto da Matta, Renato Luiz Mello de Oliveira, Sandra Maria Carvalho de Souza
Secretaria Executiva: Duvit Regis Kirschbaum
Secretaria de Fiscalização: Luiz Sérgio Ribeiro
Delegacia Regional de Campos: Denise Cunha Tavares Terra - Av. Dom Bosco, 49
Tel. (0247) 23-833

JORNAL DOS ECONOMISTAS

ÓRGÃO OFICIAL DO CORECON - IERJ - SINDECON - RJ

Diretor Responsável: Luiz Antonio Rodrigues Elias
Conselho Editorial: Luiz Antonio Rodrigues Elias, Adhemar Mineiro, Ronaldo Raemy Rangel, Renato Luiz Mello de Oliveira, Ricardo Bielschowsky, José Márcio Camargo, Márcio Henrique Monteiro de Castro, Marcelino José Jorge, José Clemente de Oliveira
Coordenação e Edição: Frilas Serviços Jornalísticos Ltda. - Tel (021) 262-2832 - Tel/Fax (021) 262-7076
Editora e Jornalista Responsável: Deolinda Saraiva (MT-14109)
Editora Assistente: Malu Machado
Reportagens: Malu Machado
Estagiária de Jornalismo: Daniela Lessa

Fotografias: Wania Corredo
Ilustrações: Zope
Projeto Gráfico da Capa: Dinho
Editoração Eletrônica: Kátia Regina Fonseca
Tel (021) 222-7367
Fotolito e Impressão: Tipológica Comunicação Integrada - Tel (021) 224-1366

Tiragem: 20.000 exemplares
Periodicidade: Mensal. As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das Entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

Reforma Constitucional. Essencial para a Estabilização?

Garcia Munhoz*

Logo após iniciado o processo de abertura política do País, em 1985, a nação se lançou numa discussão cada vez mais envolvente sobre a necessidade de elaboração de uma nova Constituição. O que era colocado não só como necessário para a remoção do que se procurava designar pejorativamente de entulho autoritário - dispositivos constitucionais introduzidos durante os governos militares - mas também para que o País pudesse abrir caminho para a retomada do crescimento com justiça social.

Seria redundante lembrar que a nova Constituição, apesar de tida como abrangente o suficiente para disciplinar tudo aquilo que os constituintes julgaram essencial, e tão moderna quanto o necessário para remover as injustiças responsáveis por uma repulsiva dívida social, pouco mudou na vida do País. Pelo contrário, embora o Brasil houvesse alcançado a superação do estrangulamento derivado da dívida externa - tido há mais de uma década como o grande entrave para a retomada do crescimento - o fato é que na Nova República, antes ou depois do advento da nova Carta Magna, a política econômica continuou orientada pelo mesmo diagnóstico de que os desequilíbrios inflacionários eram gerados por excesso de demanda, e como consequência toda a ação governamental prosseguiu centrada apenas e tão somente em praticar-se elevadas taxas de juros.

Na ausência de uma política econômica menos simplista, foi inevitável que a economia se mantivesse retida no atoleiro inflacionário, alimentado pela política monetária. Como consequência, poucos anos se passaram desde a nova Constituição, para que a população se desse conta de que alimentara falsas esperanças em relação aos reflexos que a Carta poderia ter sobre a atividade econômica, o comportamento dos preços, e o nível de renda.

Se houve muita ilusão quanto ao impacto que a Constituição poderia ter na vida do cidadão comum, já que o País continuou premiando a especulação financeira, alguns setores logo começaram a imputar às mudanças



da Lei Maior as dificuldades que o País continuava atravessando. Deixando de reconhecer o óbvio, de que seria impossível reorientar a economia se não houvesse, previamente, uma profunda revisão dos diagnósticos que orientavam a política econômica. Essa mudança não se fez presente nem mesmo na seqüência dos inúmeros planos de estabilização, que, no geral, mantiveram ou reintroduziram a política de juros reais anormalmente elevados.

Agora, com a implementação do novo programa de estabilização econômica, que na essência não inova em relação aos planos anteriores, tomam força algumas versões no sentido de que a estabilidade dos preços só poderá ser assegurada caso sejam feitas com urgência determinadas reformas constitucionais - a reforma fiscal, a reforma da previdência, a eliminação dos monopólios. Agora, quando a reforma passa a ser apresentada como

se fora uma panacéia; tudo lembra as discussões e ilusões alimentadas em torno da Constituição de 1988. A diferença é que hoje existem grupos de interesse organizados para a revisão de determinados preceitos constitucionais, e que ainda recentemente, na primeira metade de 1994, se mobilizaram intensamente, visando a que o Congresso procedesse mudanças, especialmente na área das telecomunicações e da previdência.

É importante que se tenha em conta que, em relação à Previdência, por exemplo, são improcedentes as alegações quanto à iminente falência do sistema, e que visam essencialmente criar um clima propício a projetos de privatização. Não tem sentido colocar-se como evidência de inviabilidade da previdência oficial o fato de que as receitas das contribuições sobre as folhas de salários hoje são integralmente destinadas ao pagamento dos

benefícios, impedindo o aporte de recursos para o antigo Inamps, pois isso decorre da revisão dos valores dos benefícios, e da ampliação destes em relação ao setor rural, por força da vontade política dos constituintes. Paralelamente, porém, a própria Constituição criou fontes complementares de financiamento da Seguridade Social - Previdência, Saúde e Assistência Social - que se materializaram no Confins e na Contribuição sobre o Lucro das Empresas. E tais "contribuições sociais" vêm proporcionando um volume extraordinário de receitas - viabilizando, inclusive, que se estude eventual redução de encargos dentro da área da seguridade. O problema realmente existente é que a área econômica vem repassando para a área da saúde apenas 30% dos valores arrecadados, desviando recursos para itens não relacionados com a seguridade; certamente pressionada pelos elevados encargos do Tesouro com os juros da dívida mobiliária, o que é uma decorrência do procedimento injustificável de se contaminar os títulos da dívida pública com os juros do "over-night".

Em relação à Previdência, também é improcedente o alarme criado a partir de uma relação atual de apenas dois contribuintes por benefício concedido. Isso porque o critério correto para apuração do coeficiente de dependência deveria considerar não o número de benefícios, mas sim o número de inativos, que evidentemente é menor, e ainda porque os cálculos consideram todos os benefícios - urbanos e rurais - enquanto o número de contribuintes inclui praticamente apenas associados urbanos, uma vez que na área rural, em lugar de registros individuais de trabalhadores, os recolhimentos têm como base o valor da produção comercializada. Assim, as duas variáveis utilizadas para o levantamento da relação ativos/inativos não são homogêneas, gerando conclusões equivocadas.

Deve-se considerar, por outro lado, que propostas para a reforma previdenciária como a de fixar em apenas três salários-mínimos a previdência oficial, ficando para a previdência privada planos complementares para valores acima daquele

limite, inviabilizariam financeiramente o sistema brasileiro, face à perda de receitas. E, como o Governo continuaria responsável pelo pagamento dos benefícios já concedidos, bem como por parte dos benefícios futuros a atuais contribuintes, o resultado seria a criação de substanciais déficits correntes na Previdência Social, o que necessariamente teria de ser coberto através da criação de novos tributos. Essa questão evidentemente é desconsiderada pelos grupos interessados que veem na reforma previdenciária unicamente a oportunidade de novos e excelentes negócios. Enquanto a manutenção da previdência oficial com o limite de dez SM, além de preservar o sistema, permite que a previdência privada atue e se desenvolva acima daquela faixa - bem como junto a grupos não assalariados, de diferentes níveis de renda - o que, a despeito das oportunidades existentes, surpreendentemente tem sido pouco explorado no Brasil.

No que toca à área fiscal, a questão torna-se ainda mais nebulosa. Já que em toda a discussão presenciada nos últimos anos diferentes grupos defendiam mudanças não coincidentes. Alguns, como na área econômica do Governo, pretendiam aumento de receitas; outros, como na área empresarial, defendiam a redução

de tributos; propostas haviam que pretendiam uma redução substancial de encargos fiscais - especialmente das chamadas "contribuições sociais", sem a previsão de fontes alternativas de recursos. E o fato concreto é que as receitas arrecadadas pelo Tesouro vem tendo um crescimento real absolutamente anormal - R\$ 38 bilhões em 1991 e 1992, R\$ 46 bilhões em 1993 e estimativa mínima de R\$ 62 bilhões para 1994 - gerando pressões de custos tributários que inevitavelmente tendem a comprometer qualquer programa de estabilização. E o paradoxo é que, a despeito de tal aumento de receitas, tem sido extremamente contidos os repasses de recursos para atender a despesas essenciais nas áreas de saúde, assistência social, rodovias e ferrovias, habitação e saneamento, dentre outros setores prejudicados e que se encontram em perigosa decomposição. O que evidencia a gravidade do desvio das receitas governamentais para cobrir outros compromissos, e em especial os dispêndios com juros que a especulação financeira impunemente alimenta.

A reforma constitucional não pode ser vista, portanto, como se fora por princípio indispensável ou urgente. Antes de tudo deve-se iniciar uma discussão mais ampla, examinando-se os argumentos e avaliando-se os

reflexos das mudanças. Nada indica que alterações de caráter institucional possam dar a um plano de estabilização aquilo que eventualmente não tenha incorporado. Pois estabilização pressupõe alinhamento dos preços relativos. E é impossível passar-se de uma situação de inflação elevada, com os preços subindo a taxas diferentes e em momentos não coincidentes, para preços alinhados, sem que o Governo, previamente e através da política econômica, tenha introduzido instrumentos capazes de reduzir, em caráter permanente, componentes de custos do setor produtivo.

A modernização do sistema tributário é um objetivo que deve ser colocado como prioritário. Especialmente quando, em sucessivas alterações da estrutura fiscal, impostos e contribuições de efeitos "em cascata" foram sendo criados, gerando distorções na economia, e especialmente nas dificuldades que provocam para se desonerar a produção destinada às exportações. Mas a primeira medida, com tal objetivo, não seria a remoção dos "tributos distorsivos" já existentes, mas sim a não criação de outros da mesma espécie. Mas foi exatamente isso que ocorreu ainda recentemente, com o Imposto Sobre Movimentação Financeira.

Essa situação confusa também se observa na questão da privatização,

que ocupa lugar de destaque naqueles que defendem uma reforma constitucional urgente. Pois, enquanto a venda de empresas sempre foi colocada como uma fonte de recursos para o Tesouro, na maior parte das privatizações levadas a efeito o Governo assumiu dívidas das empresas alienadas. E, com isso, além de não obter receitas extras, o Tesouro ainda viu crescer o endividamento do setor público. Afinal, para o avanço no processo de privatização é preciso que se defina previamente, a partir de uma discussão política, o que efetivamente se pretende quando se coloca à venda o sistema ferroviário de carga do centro-sul, supostamente o único rentável, ou um sistema de telecomunicações que encontra nas áreas economicamente mais desenvolvidas as receitas necessárias para manter os serviços nas demais regiões de um País continental. Não são temas que devam ser discutidos sob biombos ideológicos. Como também não são temas que devam ser analisados apenas sob a perspectiva da existência de compradores certos. Os interesses da nação exigem que todas essas questões passem por uma discussão ampla e transparente.

* prof. da UNB

Fale com quem entende de Economia.

Anuncie.

Jornal dos Economistas

Com tiragem de 20 mil exemplares, o Jornal dos Economistas, é dirigido a todos os profissionais do Rio de Janeiro. São economistas da iniciativa privada e de estatais, além de todas as faculdades de Economia do país. Sua mensagem será lida por quem forma opinião e participa ativamente dos destinos econômicos brasileiros.

Para anunciar: FRILAS - Representante exclusivo
Rua das Marrecas 25, sl. 304 • RJ
Tel (021) 240-4840 • Telefax 262-7076

Firma e quase-firma no setor industrial

– o caso da petroquímica brasileira

José Clemente de Oliveira*

O complexo industrial de base da economia brasileira - complexo químico-, transmissor de custos para os demais complexos e, portanto, capaz de exercer influência sobre os níveis de custos médios de toda essa economia, teve no seu mais dinâmico micro-complexo (o petroquímico) o exemplo de atividade bem concebida, envolvendo singular e intensa articulação entre o Governo e o setor privado. Foi possível, dessa articulação, implantar um parque produtivo em bases tecnológicas modernas, esgotando-se o conceito de economias de escala técnica em quase todas as unidades produtivas.

O programa de investimentos, iniciado no final dos anos 60, compreendendo ciclos importantes de expansão de capacidade cobrindo a cadeia produtiva completa, foi capaz de promover total substituição de importações, ingressando-se nos anos 80 com a oferta caminhando na frente da demanda, já que a economia não cumpriu as expectativas de crescimento que justificariam os acréscimos de capacidade petroquímica implantados.

Não obstante, ainda em articulação com o setor privado, foi possível passar de um mercado protegido (reservado) para situação em que se observam exportações líquidas crescentes na década de 80, sendo de notar que os preços praticados no mercado brasileiro situaram-se abaixo ou próximos dos que se praticaram no mercado interno do Japão, Europa e Estados Unidos.

Esse relativo sucesso da petroquímica brasileira, entretanto, em anos recentes explicita de forma dramática o defeito estrutural que a indústria carrega desde a sua concepção, posto que confrontada com séria crise do setor em escala mundial. Contrariamente ao imobilismo da indústria brasileira, a indústria internacional vem promovendo profundas reestruturações, ao mesmo tempo em que seu excesso de capacidade constitui séria e permanente ameaça ao parque brasileiro, este agora sem mecanismos de proteção diante

do "dumping estrutural" que se observa (a liberalização do comércio exterior, com rebaixamento importante da tarifa aduaneira, expõe mais ainda a petroquímica brasileira à competição externa a preços marginais). Os ajustes realizados neste setor no Brasil limitaram-se a reduções no custo da mão-de-obra, via redução sensível do nível de emprego, mecanismo em si mesmo limitado, pois é sabido que se trata de indústria intensiva em capital e matérias-primas.

A tese exposta leva a concluir que o imobilismo presente na petroquímica brasileira está fortemente atrelado ao caráter de quase-firma presente em todas as empresas que a compõem, sejam elas nacionais ou estrangeiras, privadas ou estatais. Esse caráter está presente não somente nas empresas operacionais, como igualmente nos principais acionistas que detêm seu

• rever o escopo produtivo pela via da aquisição ou alienação de ativos;

• promover fusões, cisões, incorporações, trocas de portfólio ou de instalações produtivas, desativar plantas ou linhas completas de produção.

Em tais termos, a estrutura acionária vigente neste setor determina o caráter mono-produtor e por isso mesmo a reduzida escala empresarial que, por sua vez, inibe a capacidade de investirem P & D, minimiza o montante de vendas e limita a capacidade de alavancagem. Sendo mono-produtoras, resultam impotentes para ajustar-se em períodos de sobre-capacidade.

A crise que caracteriza a atividade há alguns anos, com possibilidades de prosseguir ao longo da década corrente, encontra a petroquímica brasileira fragilizada, sem o Estado como parceiro

Caminhar no sentido sugerido constitui, por isso mesmo, a única via a conduzir a petroquímica brasileira à incorporação de forças estruturais que a assemelhem à indústria mundial líder, e isso significa gerar amplas economias de escopo e iniciar a necessária globalização.

Tem-se claro, conforme exposto ao longo da tese, que a reestruturação constitui a marca essencial da indústria nos tempos atuais, mas não se pode identificar, desse ponto de vista, uma única direção, posto que o movimento assume variadas feições: fusões, incorporações, cisões, desativações de plantas e linhas completas de produção, trocas de negócios, ampliação de escopo, etc. Não é possível, por outro lado, apontar o ancoradouro final a que esse processo conduzirá a petroquímica mundial e tampouco em que momento no tempo será dado por concluído.

Trata-se, tudo leva a crer, de um processo em franco movimento, envolvendo empresas, indústria e mercados, nos planos local, regional e mundial, combinando ações empresariais de amplitude variada, num verdadeiro balé de acomodações. O máximo que se pode assegurar é que as empresas não cessam a busca de maiores níveis de eficiência e competitividade, tendo em mira a reafirmação ou conquista de posições de liderança. Reestruturar, seja em que forma for, constitui o meio encontrado para atingir aqueles objetivos.

Não se identifica, portanto, um único modelo de reestruturação. Ela resulta de esforços permanentes, mais ou menos abrangentes, que podem contemplar toda a indústria ou expressar a acumulação de ações parciais que se vão ampliando numa sucessão de ações empresariais. Significa, em síntese, que o relevante é dar início ao processo, exercitando-se, a partir daí, sucessivas operações em caráter ininterrupto, provocadoras das mudanças estruturais (acionárias, empresariais e produtivas) que a indústria requer para tornar-se locus de acumulação em bases competitivas.

"A tese exposta leva a concluir que o imobilismo presente na petroquímica brasileira está fortemente atrelado ao caráter de quase-firma presente em todas as empresas que a compõem, sejam elas nacionais ou estrangeiras, privadas ou estatais"

capital de controle (sócio-estrangeiro e sócio estatal). As empresas estrangeiras em operação não associada no Brasil revelam-se igualmente quase-firmas, dado que divisões de empresas globalizadas cujos centros de decisão se encontram localizados em terceiros países.

Em quaisquer dos casos são identificadas as principais restrições que impedem a caracterização da firma em sua plenitude, qual seja a capacidade de crescer de forma autônoma, de revelar-se locus de acumulação.

Assim, na petroquímica brasileira as empresas não podem de forma autônoma:

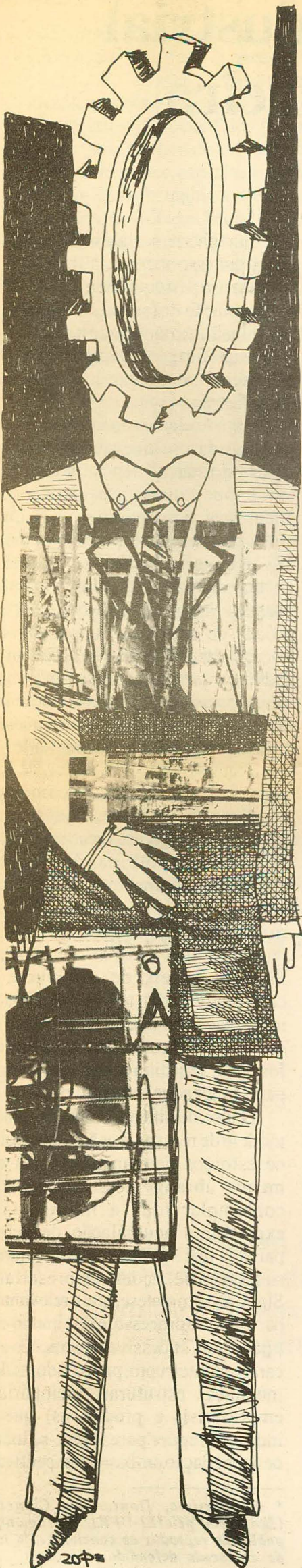
• dispor dos lucros gerados para financiar a expansão de vendas e/ou de ativos;

• alavancar recursos de terceiros para acelerar seu ritmo de crescimento;

e inflada de "new-comers" (decorrente da privatização) que dificultam mais ainda decisões ágeis e ousadas. Ademais, encontra o seu tradicional parceiro (o Estado) igualmente requerendo ajustes e reestruturação que o rejuvenesçam.

Assim, crises do tipo da atual só podem ser encaminhadas mediante profunda reestruturação, a exemplo da ação praticada pela indústria internacional. Essa reestruturação, entretanto, nos termos e na profundidade necessários, implica, obrigatoriamente, na transformação das quase-firmas em firmas tal como conceituado; na redução drástica do número de empresas operando no setor (via fusões, incorporações ou aquisições); na definição clara do poder decisório em poucos acionistas controladores.

* Economista, Doutor em Ciências (Economia) pelo IUPERJ. O artigo aqui publicado reproduz as conclusões da tese de doutorado defendida pelo autor.



JE - Em que consiste o estudo, é só sobre o ajuste das multinacionais ou é mais amplo?

Ricardo - Na verdade o estudo vai um pouco além do âmbito exclusivo das multinacionais, embora a ênfase seja posta nelas. Consiste numa comparação entre o que tem ocorrido nas indústrias manufatureiras em quatro países, a partir das distintas datas em que se deu em cada um deles o término do que se convencionou denominar de processo de substituição de importações. Tomamos os casos do Chile desde 1973, o da Argentina desde 1978, o brasileiro desde 1980, e o mexicano desde 1982. Utilizamos um enfoque estruturalista, o de observar com uma perspectiva de médio e longo prazos as mudanças na estrutura produtiva, em termos de composição do produto, de progresso técnico e de inserção internacional.

JE - Por que a ênfase nas multinacionais? Elas têm investido muito na indústria?

Ricardo - Elas têm investido pouco na indústria. Os grandes fluxos de capitais que chegam à região, no momento, ou são de natureza predominantemente financeira, ou, quando vêm explorar atividades produtivas, dirigem-se predominantemente aos setores não-manufatureiros, sobretudo atraídos por esquemas muito convidativos de privatização, como por exemplo, a mineração e as telecomunicações. A exceção a esse respeito é o México, que tem recebido capital de todo tipo, inclusive o industrial.

JE - Então, por que a ênfase?

Ricardo - O ajuste latino-americano tem tido como principal problema a desindustrialização nos setores de maior dinamismo e progresso técnico internacional, isto é, nos setores onde se processam a chamada terceira revolução industrial e a globalização produtiva. Esses são exatamente os setores onde a industrialização de nossos países foi feita com multinacionais. Refiro-me principalmente à metal mecânica "pesada" e à eletro-eletrônica, onde se produzem os bens de capital de maior complexidade e os duráveis de consumo. Permita-me, no resto dessa nossa entrevista, chamá-los de "setores nobres". Se você estuda o comportamento recente das multis em cada país, como reagiram à longa crise em que esteve imersa a região e como se estão ajustando às novas regras de competição internacional, você quase pode dizer qual deverá ser

Os rumos da indústria a outros exemplos lat

o destino de toda a indústria dos diferentes países, pelo menos no que se refere aos setores nobres.

JE - Tende a ser semelhante nos quatro países estudados?

Ricardo - Tudo indica que não. Certamente Brasil e México preservam mais da estrutura produtiva herdada do período substitutivo que Argentina, e esta mais que o Chile. Os quatro países têm configurações estruturais muito diferentes, e as reformas econômicas implantadas também guardam algumas diferenças não desprezíveis. Isto tem levado a quatro trajetórias distintas desde o final do processo substitutivo até os dias atuais, com provável continuidade futura. O caso do Chile pode ser caracterizado como de "desindustrialização com crescimento exportador de matérias-primas", o da Argentina como uma espécie de "desofisticação com baixa inserção exportadora", o do México como de "reestruturação via integração com os Estados Unidos", e o do Brasil tem se configurado como de "ajuste defensivo pelo mercado interno". A atuação das multinacionais industriais no Brasil e México tem sido mais favorável que nos outros dois casos, em termos de preservação dos setores nobres.

JE - O Chile é um caso de êxito neoliberal?

Ricardo - O êxito econômico chileno atual é indiscutível, eles crescem a uma média de seis por cento ao ano faz uma década, com inflação baixa. Mas não é exatamente neoliberal, e muito menos é um caso de êxito naquilo que é objeto de nosso estudo, a indústria manufatureira.

JE - Não é neoliberal?

Ricardo - É, porque praticamente não há políticas industriais, porque as barreiras comerciais são mínimas, as tarifas alfandegárias são uniformes e reduzidas, e porque se privatizou quase tudo à exceção do cobre. Não é, por inúmeras razões. Por exemplo, o cobre estatal representa 40% das exportações, e isso não é detalhe em termos fiscais e cambiais. O Estado chileno também regula os preços dos setores privatizados, também conce-

*O carioca Ricardo Bielski, PhD pela Universidade de Columbia, licenciado da UFRJ e tra...
Econômica para a América...
uma série de trabalhos sobr...
o livro "O Pensamento Econo...
do Desenvolvimentismo...
Está desenvolvendo, em p...
também da CEPAL, um...
na reestruturação dos sistem...
da América Latina. Já es...
respeito a quatro deles, Ch...
Ex-presidente do IERJ, c...
algumas das conclusões...
de que o faz em caráter...
não necessariamente...
A entrevista tem grande...
brasileira, em que coinc...*

deu fortes subsídios ao setor florestal e à celulose, e também faz políticas de promoção de exportações. Além disso, o Chile é o único país da América Latina que pratica eficientemente o controle à entrada e saída de capitais, que temo que possa vir a estar para o final dos anos noventa, em termos de impactos macroeconômicos desestabilizadores, como a crise da dívida esteve para o início dos oitenta, em toda a América Latina. Os chilenos aprenderam que tinham que controlar fluxo de capitais a duras penas, com a monumental crise que sofreram no início dos oitenta. Isso tem sido decisivo à estabilidade macroeconômica chilena, que, em minha opinião, é o grande segredo do êxito econômico desse país, e não o neoliberalismo.

JE - No que se refere ao setor manufatureiro, o caso chileno é de fracasso? Como se comportaram as multinacionais?

Ricardo - O governo militar deu uma guinada liberalizante radical logo depois do golpe de 1973, cujo castigo contra a indústria foi reforçado na

ia nacional frente no-americanos

sky, 45 anos, é economista, *licester, Inglaterra, professor na atualmente na Comissão latina, CEPAL. Ele é autor de economia brasileira, entre eles do Brasileiro, o Ciclo Ideológico 1930-1964)* (IPEA, 1988). *eria com Giovanni Stumpo, do sobre as multinacionais manufatureiros em vários países m fase adiantada no que diz Argentina, México e Brasil. nos adianta nesta entrevista sua pesquisa, com a reserva ssoal, e que suas opiniões pressam as da CEPAL. alidade na atual conjuntura m estabilização e abertura.*

segunda metade da década por forte apreciação cambial. Muito embora o tamanho do mercado chileno não comportasse várias atividades que antes se desenvolviam, muitos especialistas chilenos reconhecem que a política foi implacável, não dando tempo de reação aos potencialmente capazes, e destruindo produção além do necessário. As multinacionais dos setores "nobres" - General Motors, Peugeot, Renault, Fiat, General Electric, etc - não tiveram dúvidas sobre o que fazer: rapidamente passaram de produtoras locais a importadoras, no máximo preservando alguma "perfumaria" local. Entre 1973 e 1983, a produção dos setores "nobres" caiu de 18% do valor agregado industrial a menos de 8%. A indústria tem recuperado o crescimento desde então, mas isto têm-se dado muito mais de forma "extensiva" do que por aumento de investimentos e de produtividade, algo que só agora parece começar a melhorar. Conclusão: o Chile cresce, tem tido condução segura da macroeconomia, mas tem um Calcanhar de Aquiles a longo prazo, que reside no

modelo exportador de produtos primários, cujos preços internacionais tendem a deteriorizar-se, e no abandono completo da produção local dos bens de elevada elasticidade-renda da demanda e intenso progresso técnico.

JE - Na Argentina não houve desindustrialização ainda mais intensa que no Chile?

Ricardo - A desindustrialização argentina se deu sobretudo no setor produtor de bens de capital, que era o segundo da América Latina, maior que o do México. Mas eles conseguiram preservar os duráveis. Aí, algumas multís que saíram assustadas com a crise já estão voltando, muito embora os investimentos sigam muito reduzidos. Ainda que a sobrevivência a longo prazo da metal mecânica pesada e da eletroeletrônica não esteja garantida, hoje em dia a produção desses setores continua alcançando 20% do total industrial (contra uns 24% no auge dos anos setenta), muito superior ao nível chileno, e superior mesmo ao mexicano. A comparação com o Chile é meio inevitável, mas talvez mostre mais diferenças que semelhanças. A Argentina tem muito mais tradição e capacidade industrial que o Chile. A prova é que nem mesmo o prolongado castigo a que esteve submetida - choque liberal com Martinez de Hoz ao final dos anos setenta e crise aguda nos oitenta - foi capaz de destruí-la. Sempre me pergunto o que teria sido da indústria coreana ou taiwanesa se tivessem passado por tudo que a Argentina passou.

JE - Você está dizendo que o futuro da indústria argentina é promissor?

Ricardo - Não chego a tanto. Há enormes dúvidas quanto a isto, porque o modelo de ajuste macroeconômico argentino é perverso para a indústria, o que considero uma pena, um desperdício. Não há na Argentina nenhum sinal convidativo a investimentos nos setores produtores de "tradables", os sinais são de desincentivo. A indústria argentina está sendo vítima, a exemplo do que ocorreu ao final dos setenta, de um castigo cruel: valorização cambial simultânea a liberalização radical. O problema não é a liberalização, em si,

embora a velocidade tenha sido excessiva para qualquer padrão internacional. O problema é a simultaneidade. Os setores que crescem são os que estão ao abrigo de políticas protecionistas, como automóveis e eletrodomésticos. O ajuste macroeconômico argentino está dando margem a um padrão industrial de "globalização importadora" perigoso. Arriscaria dizer que muito do futuro da indústria argentina depende de uma firme decisão de política industrial nesse país, que compense de forma ordenada as desvantagens do modelo de ajuste atual. Também não acredito que o Mercosul possa a ser uma compensação, muito menos na relação de taxas de câmbio que prevaleceram até antes do Plano Real brasileiro. Parece-me muito difícil a disputa com a indústria brasileira, setor a setor, a menos que se generalizem Acordos e Cotas do tipo que há para a automotriz. O Brasil tem uma indústria mais sólida, escalas muito maiores e salários e outros custos quase sempre menores.

JE - A situação mexicana parece, pelo que se lê correntemente, bem melhor, não é certo?

Ricardo - O México é o melhor vendedor de imagem da América Latina. Vende imagem para atrair capital, que necessita desesperadamente, devido a seu gigantesco déficit comercial. Sua situação é sem dúvida melhor que a da Argentina, mas tampouco é brilhante. Ou melhor, é brilhante em alguns setores-estrela, notadamente automóveis, petroquímica, cimento e maquiladoras, justamente onde as empresas multinacionais têm tido uma atividade inversionista muito forte. Também é muito boa em um ou outro setor predominantemente nacional, como o de vidro. Mas, na média, a performance tem sido bem modesta. A indústria mexicana estava a caminho da montagem de um setor de bens de capital ao final dos setenta, incluindo grandes projetos japoneses, e hoje o setor já praticamente colapsou. As indústrias tradicionais, como têxtil e calçados, estão muito mal. Resultado: a produção industrial mexicana em 1993 foi apenas 14% superior à de 1981 (ano anterior à crise), a produção dos setores "nobres" segue aos mesmos modestos 18% do total industrial, e o déficit comercial do setor manufatureiro mexicano como um todo é de 26 bilhões de dólares, duas vezes superior ao déficit de 1981. As exportações de produtos "globalizados" e de dinamismo internacional crescem muito, mas



as importações crescem muito mais, em termos absolutos.

JE - Isso tem a ver com o NAFTA?

Ricardo - Tem a ver com a crise dos oitenta, com o modelo de ajuste macroeconômico mexicano adotado depois de 1987 e com o longo processo de integração produtivo e comercial com os Estados Unidos, que agora foi coroado com a celebração do NAFTA. O grande problema econômico mexicano desde 1982 é o de balanço de pagamentos. Eles enfrentaram-no de uma forma até 1987 e de outra radicalmente distinta desde então. Na primeira fase voltaram as baterias da política econômica para elevar o saldo comercial, algo em que, aliás, estavam progredindo bem até que os preços do petróleo começaram a baixar. Fizeram-no com recessão, desemprego, queda de salários e forte desvalorização da taxa de câmbio. Depois de 1987, ocorre uma guinada de cento e oitenta graus na forma de enfrentar os problemas macroeconômicos. A queda nos preços do petróleo vinha de impactar o câmbio e a inflação, e decidiu-se implantar a estabilização que se conhece, ancorada na taxa de câmbio. A chave da questão era a capacidade de recuperar capitais mexicanos em fuga e atrair novos capitais, e houve rotundo êxito nisso. Como parte da equação, abria-se de forma acelerada a economia, com o duplo propósito de pressionar os preços para baixo e projetar uma imagem de economia aberta, algo importante para a atração de capitais. O NAFTA foi uma consequência natural de todo esse processo. O que mudou, em termos de estrutura produtiva? Com raras exceções, os que estavam mal durante a crise tenderam a ficar ainda pior com a abertura simultânea à desvalorização cambial, apesar de alguma recuperação do crescimento econômico. Os casos extremos são os de bens de capital e têxtil, mas há outros, como eletrônica de consumo e autopeças. Quanto aos que "ignoraram" a crise e seguiram investindo e modernizando-se, esses estavam preparados para a competição internacional, e conseguiram seguir ampliando as exportações e fortalecendo-se no mercado interno, apesar da valorização cambial.

JE - O destino do parque industrial brasileiro será muito distinto ao do mexicano?

Ricardo - Espero que sim, condições para isto não nos faltam. Para

começar, estamos falando de um parque industrial muito maior, mais diversificado e, creio, mais sólido do que o dos outros países latino-americanos, inclusive México. Para dar uma idéia, a produção dos setores "nobres" representava em 1993 cerca de 26% do valor total produzido (contra 27% em 1980). Se tomamos esse indicador como uma medida de complexidade ou sofisticação do parque industrial, significa que estamos a meio caminho entre México, onde com a automotriz e todo o peso desses setores é de 18% do produto total, e do que se observa na média dos países desenvolvidos, onde é 37%. Segundo, e fundamental, o ajuste das empresas brasileiras, pelo menos até o advento de Plano Real, tem sido bem distinto.

JE - Como você o caracterizaria?

Ricardo - Os anos oitenta foram muito mais calmos para a indústria brasileira que para a dos outros países, apesar da crise e da passividade tecnológica. Ou seja, ela foi conservada, e se defasou. Na entrada dos noventa ela estava ameaçada pela tormenta da agudização da crise macroeconômica, ameaça que se reforçou pela determinação com que se implementou o programa de abertura comercial. Reagiu muito favoravelmente, tanto é que a produtividade do trabalho cresceu em mais de 30% entre 1990 e 1993. Houve alguma desindustrialização, nos setores de maior sofisticação tecnológica como eletrônica e fármacos, mas nada que tivesse a dimensão argentina, chilena, ou da fração da indústria mexicana que fracassou. O ajuste foi defensivo, com pouco investimento até o momento, mas aparentemente muito saneador, deixando as empresas muito mais preparadas para investimentos eficientes. Daqui do Brasil as empresas multinacionais não parecem querer arrear o pé. Já ganharam muito dinheiro e preferem reciclar-se e modernizar-se a abandonar a produção local. São muito menos voláteis do que nos outros países da região. A razão é simples: o mercado interno é muito grande, operam em setores com demanda potencial explosiva e têm elevados "sunk-costs" (investimentos enraizados). Isso tudo faz com que se possa prever maior capacidade de resistência e reciclagem do parque industrial brasileiro frente ao novo marco regulatório, frente à atual liberalização.

JE - Por que você disse "pelo menos até o Real"? As empresas temem a estabilidade?

Ricardo - Não, tudo o que elas querem são sinais claros de estabilidade para voltar a investir. Se o Real der certo, e está caminhando bem, isso lhes dá segurança. O que está em jogo no momento é a taxa de câmbio, sua simultaneidade com a abertura, e, com isto, o modelo de crescimento de longo prazo. Temo que o governo venha a cair na tentação de se exceder no uso das importações como mecanismo de combate à inflação. Isto já causou desindustrialização no Chile, na Argentina e no México, com consequências a longo prazo que podem ser decisivas para o emprego, o progresso técnico e a balança de pagamentos. Quando falo de modelo de crescimento me refiro a entrar no primeiro mundo com produtos brasileiros e a ser competitivo no futuro no mercado interno com produção local, ao invés de ficar por aí vendendo imagem para conseguir financiamento que compense o déficit comercial. Essa é a verdadeira autonomia do país, essa é a via de integração competitiva que interessa. Nenhum país que se preza realiza liberalização sem uma estratégia de abertura. A sabedoria está em destruir o mínimo possível, reconverter e modernizar o máximo possível. A aplicação simultânea da valorização cambial e da forte queda de tarifas alfandegárias é um problema maiúsculo. Não é pura choradeira de empresário.

JE - Você acha que os industriais estão argumentando corretamente neste setembro de 1994, frente à ofensiva importadora do governo?

Ricardo - Acho que não, talvez porque estejam esperando a eleição do seu candidato, evitando maiores confrontações. O governo mudou uma regra do jogo básica, deixou o câmbio valorizar-se espetacularmente em dois meses. Já estamos em bem mais de 15%, talvez quase 30%, já que além da queda de 15 centavos de real por dólar há que acrescentar a aceleração inflacionária nos custos das empresas. Isso é uma maxi-valorização. Nós economistas sabemos, pelos textos do Winston Fritsch e Gustavo Franco, que hoje comandam a questão no governo Itamar, que eles têm plena consciência dos vários riscos de praticar simultaneamente estabilização e abertura, que sabem que um deles é a questão da competitividade a longo prazo da produção nacional. Eles

sabem que estão inovando, talvez a nível mundial, com essa maxi-valorização acoplada à antecipação da queda tarifária. Sabem que é uma inovação somente possível pela bonança de capitais externos, de liquidez internacional, sabem que isso é instável, e que um país não pode depender disso. Como não posso acreditar que estejam querendo que o Brasil se desindustrialize como a Argentina ou o México, e que fique dependendo a longo prazo de entrada de capitais, quero crer que haja aqui algo mais do que a priorização da luta anti-inflacionária. Espero que eles estejam considerando o rigor da política atual como provisório, que só estejam colocando a indústria na defensiva para depois discutir a sério medidas compensatórias. O Real e as eleições anti-Lula deram-lhes este poder, extraordinário. Mas acho bom não confiar demais, se eu fosse a FIESP já estaria colocando a boca no trombone.

JE - Como você acha que o governo vai proceder nessa questão da taxa de câmbio, depois das eleições?

Ricardo - Esse é um tema para outra entrevista. Acho que nesse terreno da competitividade, pelo aspecto cambial, o próximo governo estará com uma tremenda batata quente na mão, porque, nos dias de hoje, de fluxos financeiros à velocidade da luz, a taxa de câmbio respeita cada vez menos custos relativos, produtividade, modernização, competitividade legítima, etc; ou seja, cada vez está mais difícil de usar a taxa de câmbio como a via de intercomunicação entre os sistemas de preços e de custos do mundo inteiro para orientar alocação de recursos em qualquer país. Ora, tudo indica que, a confirmar-se o sucesso do Plano Real, vem aí nova avalanche de entrada de capitais, especulativos e não especulativos. Se esses fluxos financeiros não forem interrompidos, a taxa de câmbio vai permanecer valorizada e a indústria vai seguir perdendo competitividade. O governo tem que aprender a controlar fluxos de capitais, como faz o Chile, e tem que voltar a sinalizar uma taxa de câmbio estável ao setor privado. Esta talvez seja, aliás, a única área de gestão macroeconômica onde o Brasil tenha acertado muito mais que errado, no passado. Enquanto não voltar a fazer isto, não tem autoridade para falar em custos, produtividade, modernização, etc, como medida para competitividade.

O Banco Central e o Mercado de Câmbio

Clarice Pecham*

Na tentativa de viabilizar minimamente, ao longo do tempo, o equilíbrio do mercado de câmbio, seja no segmento flutuante ou no de taxas livres, o Banco Central conta, aparentemente, com três opções de política, alternativas ou complementares: estimular a demanda pelo dólar mediante flexibilizações da legislação, voltar a atuar no mercado de câmbio na qualidade de comprador direto, ou ainda, evitar a entrada em excesso de capitais externos no País.

Assim, a percepção de que em algum momento seriam efetuadas alterações nas regras que regem o mercado de câmbio era praticamente um consenso no mercado. Quando, e em que magnitude, é o que nunca se soube. De um modo geral, a volta do Banco Central ao mercado de câmbio como forte demandante de dólar não parecia uma possibilidade factível frente à premissa básica da necessidade de um controle rígido da expansão da base monetária. Neste sentido, a adoção de medidas de desestímulo à entrada de capitais estrangeiros no País, e, principalmente, de incentivo à elevação da demanda pela moeda estrangeira com vistas a promover um maior equilíbrio no mercado era o que se esperava.

Vale lembrar que a legislação vigente vinha sendo historicamente direcionada a estimular a entrada de dólares no País, o que, atualmente, tem se mostrado absolutamente incompatível com a nova realidade do mercado de câmbio.

Desta forma, no dia 31 de agosto, o Conselho Monetário Nacional decidiu pela adoção de medidas que, de um modo geral, visando estimular a demanda pela moeda estrangeira (dólar). Tais medidas consistiram essencialmente em:

1) permissão para que todas as operações de compra e venda de moeda estrangeira possam ser contratadas para liquidação pronta ou futura (Res. N° 2.104-CMN);

2) alteração do item 4 do Comunicado FIRCE N° 25 no sentido de permitir que o financiamento para importação, com prazo de 360 dias, possa envolver o valor integral do produto negociado (Carta-Circular N° 2.486-BACEN); e,

3) tornar facultativa a liquidação antecipada de empréstimos externos em moeda e financiamentos à importação (Res. N° 2.105-CMN).

Especificamente em relação ao segmento de taxas flutuantes, as alte-

rações efetuadas foram no sentido de elevar de US\$ 1,0 milhão para US\$ 5,0 milhões o limite para remessas a título de investimento brasileiro no exterior por parte de pessoas jurídicas não financeiras, bem como, de permitir a aquisição de imóveis, no exterior, por pessoas jurídicas sediadas no Brasil, o que até então estava restrito a pessoas físicas (Circular N° 2.472-BACEN).

Dando prosseguimento à política de estímulo à demanda pelo dólar, o Banco Central do Brasil, em 12.09.94, anunciou medidas de redução das alíquotas de importação, bem como de alteração no regulamento dos mercados de câmbio flutuante (circular n° 2.478) e de taxas livres (circular n° 2.479) com vistas a permitir a liquidação futura de operações de câmbio de natureza financeira.

Do ponto de vista do mercado de câmbio de taxas flutuantes, a alteração efetuada poderia, em tese, conduzir a uma elevação da demanda pelo dólar. Tornou possível a contratação antecipada de moeda estrangeira para pagamento de compromissos (tratamento de saúde, por exemplo), no exterior, a ser efetuada em data futura. A expectativa é de que haja uma antecipação na contratação do câmbio por parte de clientes potenciais, que buscariam assegurar o baixo preço da moeda estrangeira.

Não é fácil mensurar o impacto dessas medidas sobre a demanda efetiva por divisas. No entanto, não parece provável que estas novas regras, apesar de necessárias, sejam suficientes para compensar a sistemática entrada de dólares no País. Quer seja a que se faz através das transações comerciais, via exportação, quer seja aquela pelas transações financeiras, que têm registrado o macio influxo de capitais especulativos, os quais ora destinam-se ao mercado financeiro, ora ao mercado de capitais.

O estímulo da demanda pelo dólar parece configurar o caminho mais atrativo, aos olhos das autoridades monetárias. Tal opção, no entanto, não tem demonstrado eficácia, no curto prazo.

A volta do Banco Central como comprador da moeda estrangeira, pelo menos nos moldes anteriores, parece indicar a opção menos desejável. Ao comprar dólares, tal instituição estaria injetando reais na economia, o que de regra seria absolutamente contraditório com a tentativa de se manter um controle rígido da expansão da base monetária. Não obstante, em se mantendo este tipo

de política, o enxugamento do excesso de liquidez poderia se dar mediante a colocação de títulos públicos no mercado. Se por um lado não seria desejável devido à elevação da dívida pública interna, por outro, poderia indicar uma pressão sobre as taxas de juros praticadas, criando um atrativo adicional ao ingresso de capitais estrangeiros no País.

Com a circular n° 2.480, editada em 12.09.94, o Banco Central parece ter encontrado uma forma de voltar a intervir diretamente no mercado sem, contudo, pressionar a expansão da base monetária, no caso da compra de dólares, ou conduzir a grandes movimentos especulativos de compra e venda. Isto porque, de acordo com a referida circular, as operações de compra e de venda de moeda estrangeira pelo BACEN, no mercado interbancário, serão realizadas em regra, mas não necessariamente, através de leilões de câmbio, via SISBACEN. Assim, o Banco Central pode sempre que julgar necessário comprar ou vender moeda estrangeira, em menor quantidade do que o faria se a operação fosse efetuada em leilão, sem sequer aparecer no mercado, utilizando-se de um banco, à sua livre escolha.

Assim, como forma de flexibilizar as suas possibilidades de atuação no mercado de câmbio, e na tentativa de esclarecer eventuais dúvidas geradas a partir da Medida Provisória N° 596, que estabelece a paridade 1:1 entre o dólar norte-americano e o real, o Banco Central do Brasil emitiu a Resolução N° 2.110, de 20.09.94. De acordo com a referida resolução, o BACEN está obrigado a vender a moeda estrangeira (dólar) sempre que demandada, no interbancário, ao valor de R\$ 1,00. Contudo, poderá, a seu critério, vender tal moeda abaixo de cotação estabelecida de US\$ 1,00 a R\$ 1,00.

Amparado pela legislação, o Banco Central, no mesmo dia 20, voltou a intervir no mercado de câmbio, comprando dólar no mercado de taxas livres, onde se verificou grande entrada de moeda estrangeira, e, vendendo no flutuante, onde as saídas se mostraram bastante significativas. A atuação do BACEN evitou grandes oscilações, em sentidos opostos, nos dois mercados, sem contudo produzir impactos indesejáveis sobre a base monetária. Tudo indica, que o Banco Central manterá uma atuação discreta no mercado, através dos "dealers" por ele escolhidos, visando com isto apenas evitar bruscas variações cambiais.

No dia 27.09, exatamente uma

semana depois, o Banco Central volta a atuar no mercado de câmbio, desta vez através dos tradicionais leilões eletrônicos, vendendo dólar no mercado de taxas livres, que ameaçava iniciar uma recuperação não desprezível da moeda estrangeira (dólar) frente à moeda nacional. A intervenção do BACEN novamente se deu como forma de evitar grandes oscilações no câmbio.

Por fim, a tentativa de desestimular a entrada de capitais estrangeiros no País tem sido, na verdade, implementada desde 1° de julho, pela própria saída estratégica do Banco Central do mercado de câmbio.

Com a valorização cambial, pôde-se verificar uma redução efetiva da entrada de dólares no País, no período pós-real. O saldo mensal do câmbio contratado, referente a transações comerciais e financeiras, que esteve de janeiro a junho, entre US\$ 1,5 e US\$ 3,6 bilhões, passa a registrar, nos meses de julho e agosto, um montante da ordem de US\$ 337 milhões. O que ocorre é que, embora o saldo fosse significativamente maior anteriormente, o Banco Central comprova o excesso de dólares existente no mercado, sustentando assim, a taxa de câmbio. A partir do momento em que o BACEN deixa de adquirir a moeda estrangeira excedente, os bancos passam a acumular tal estoque de dólares, e os sucessivos saldos cambiais positivos só fazem pressionar, cada vez mais para baixo, a cotação do dólar em moeda nacional. Assim, mesmo com saldos menores, o mercado tem se mostrado saturado, e sem fôlego para absorver as entradas de dólares no País.

Medidas adicionais que visem desestimular a entrada de dólares no País, principalmente de cunho fiscal, ainda poderão ser adotadas. Vale lembrar que a possibilidade de elevação, em até 25%, do IOF-Imposto Sobre Operações Financeiras sobre a entrada de capitais especulativos, prevista na Lei N° 8.894, confere ao Governo uma certa flexibilidade para praticar taxas de câmbio menos valorizadas, aliviando as pressões sobre o setor exportador, sem, contudo, comprometer o objetivo de estabilização da economia. No entanto, não há qualquer indício de que medidas dessa natureza venham a ser implementadas, no curtíssimo prazo, principalmente se levarmos em conta o apertado calendário eleitoral.

* Economista e Diretora Executiva da ANECC - Assoc. Nac. de Empresas Credenciadas em Câmbio.

Dólar vale menos, real vale mais?!

O Jornal dos Economistas registra aqui a opinião de alguns profissionais da área, a respeito da questão cambial e o plano monetário do Governo, tema que tem chamado a atenção nas discussões e debates econômicos nacionais.

Francisco de Assis Moura de Mello

prof. Ibemec

O real se valorizou após o plano porque o balanço de pagamentos é superavitário: as exportações são maiores do que as importações, os fluxos comercial e de capital também são positivos. A consequência é que existe mais demanda do dólar, o que levou a essa queda de 15%. Isso se deu porque o governo deixou o mercado funcionando livremente. Essa situação, a curto prazo, não tem como mudar, embora o governo esteja tomando uma série de medidas para aumentar a procura do dólar, como o estímulo às exportações e a desregulamentação do mercado.

As implicações para o plano são as melhores possíveis. Prova disso é a queda de preços no mercado interno, como a redução do preço do petróleo. É como se os insumos importados caíssem de preço. Uma outra consequência é que a queda do câmbio em favor do real favorece a compra de melhores maquinários. O efeito negativo recai, entretanto, sobre o setor exportador, que com o dólar em baixa perde renda e, conseqüentemente, terá desemprego. A maneira de contornar esse problema é justamente a adoção de medidas como redução de impostos, desregulamentação do fluxo de exportações, etc.

Márcio Garcia

prof. departamento de economia PUC-RJ

O governo poderá suportar a desvalorização do dólar frente ao real dependendo do impacto sobre a receita de exportação. Se o dólar desvalorizasse também em relação a outras moedas, como o marco e o ien, a perda de vendas de produtos nacionais em relação aos importados não seria tão problemática. Mas isso, ao que indicam os noticiários jornalísticos, não parece que irá ocorrer.

Por outro lado, se as empresas exportadoras tiverem ganhos de produtividade, isso permitiria reduzir os preços sem que se afetasse a lucratividade dessas empresas. Os estudos realizados a respeito desta

questão mostram que essa opção é bastante plausível.

Isso significa dizer que, em termos de controle da inflação, a desvalorização do dólar é boa, permitindo a importação a preços convidativos. No que tange à competitividade com os produtos nacionais, é ruim, podendo levar ao corte de empregados. A longo prazo, os exportadores deverão superar isso. Nenhuma economia pode evoluir de forma sadia, se não tiver competitividade entre exportação e importação de produtos.

Paulo Nogueira Batista Jr.

FGV-SP

A excessiva valorização do câmbio é, sem dúvida, uma das principais vulnerabilidades do chamado plano Real. Embora contribuam a curto prazo para manter em níveis reduzidos as taxas de inflação, resultará, no médio prazo, em forte ampliação do déficit no balanço de pagamentos em transações correntes e crescente dependência de influxos de capital externo de estab i l i d a d e duvidosa. A valorização real acumulada em relação ao dólar já é bastante expressiva, da ordem de 20 a 25% desde o início de 1992.

O dilema é conhecido. Por um lado, é preciso apertar o crédito e manter taxas de juro elevadas para tentar conter o ímpeto expansivo inerente à estabilização em condições de alta inflação. Por outro, as altas taxas de juro internas contribuem para atrair

capitais externos de curto prazo e provocar uma indesejada apreciação cambial. Não estaria a raiz do problema na insuficiência do ajuste fiscal realizado até agora? Com uma política fiscal mais forte, teria sido possível restringir a expansão da absorção interna sem acumular uma defasagem tão acentuada na taxa de câmbio.

Pratini de Moraes

presidente da Associação do Comércio Exterior

A valorização do real na fase inicial do plano era algo previsível, mas aconteceu acima de qualquer expectativa. A previsão era de que a valorização ficasse entre 5% a 10% em relação às taxas vigentes do período do cruzeiro real. A valorização em torno de 15% não era esperada por ninguém e, sem dúvida, está tendo um impacto muito negativo na competitividade das nossas exportações.

Esse efeito não se fará sentir na balança comercial deste ano, porque a maioria das empresas fecharam seus negócios no início do ano e aplicamos recursos no mercado financeiro, cuja taxa cobre boa parte da diferença do câmbio.

O problema se acentua para as pequenas e médias empresas que têm sempre as operações de ACC - antecipação de contrato de câmbio. Com a redução das tarifas de importação, aliada à taxa de câmbio de 85 centavos por dólar, as importações têm tido um grande incentivo e já apresentam acentuado crescimento. Estimativas recentes na Associação do

Comércio Exterior mostram que as exportações e importações mensais devem se igualar no final do ano ou primeiro trimestre de 95.

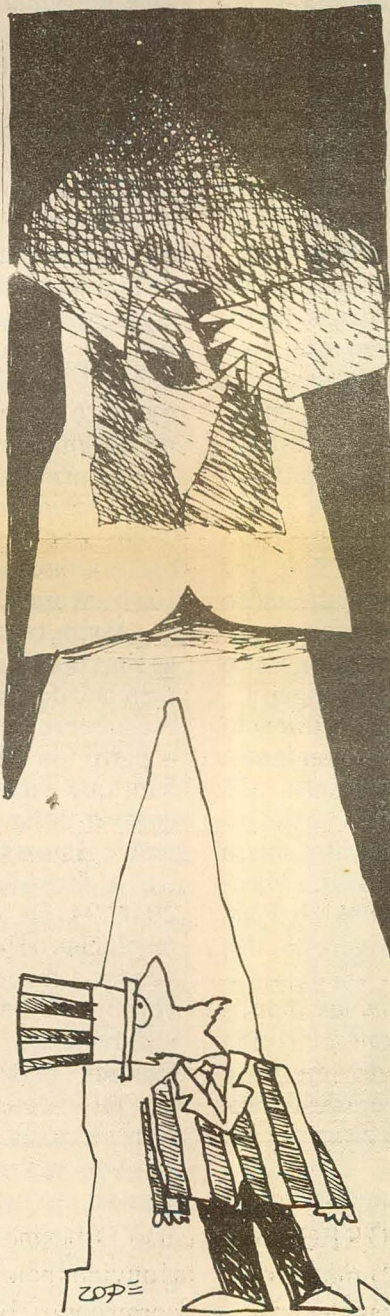
Do ponto de vista do combate à inflação, a manutenção das taxas de câmbio nos níveis atuais representam forte contribuição ao plano. É preciso que sejam repassados para os preços os benefícios que alguns setores têm como menor valor do dólar, entre eles os derivados do petróleo. A redução de alguns preços públicos ou empresas estatais pode ser um apoio fundamental ao plano, além de representar um componente psicológico importante.

A continuidade das exportações dependerá de decisões do setor público, quanto a três fatores de custo, que afetam diretamente a nossa competitividade: primeiro, eliminação da tributação em cascata, representada pelo PIS, Confins e IPMF; segundo, a aplicação mais acelerada da lei dos portos, com o objetivo de reduzir custo portuário e, em consequência os fretes marítimos; em terceiro, aplicação do mecanismo do Pró-Ex ou, o que seria a longo prazo recomendável, a criação do Eximbank brasileiro - banco de comércio exterior e uma companhia de seguros de crédito à exportação.

Reinaldo Gonçalves

prof. departamento de economia da UFRJ

A "liquidez empoçada" associada a um excesso de captação de recursos externos tem sido o determinante da apreciação cambial, apesar da política de acúmulo de reservas por parte do governo. De fato, o câmbio que foi imaginado como âncora do Plano Real transformou-se num "elástico cambial", gerando incertezas no mercado e, conseqüentemente, exigindo intervenções cada vez mais freqüentes. A situação deve continuar: elevada vulnerabilidade financeira externa do País, apesar do elevado nível de reservas internacionais. A manutenção dessas reservas extraordinárias já custou à economia brasileira 1,4% do PIB no primeiro semestre de 1994! A alternativa colocada é de maiores controles sobre a captação de recursos externos.



Sistema de Projeções Qualificadas

(5º bimestre: setembro/outubro)

DESEMPREGO

A taxa de desemprego aberto continua estacionada na faixa dos 6%, segundo projeções do CORECON. De acordo com a avaliação dos 12 técnicos que participaram do SPQ, o nível de desemprego ficará em 6,58%.

INFLAÇÃO

Os índices de inflação, previstos para o bimestre setembro/outubro, estarão em trajetória ascendente. Para este mês os 12 economistas ouvidos pelo CORECON estimam uma taxa média de 2,7%, subindo para 3,6% em outubro.

CÂMBIO

Os economistas do CORECON apostam numa subida da taxa de câmbio. O percentual, contudo, será inferior à escala da inflação prevista para o período. Este mês a taxa de câmbio oscilará em 0,09%, alcançado 0,76% em outubro.

FBK / PIB

Os 12 técnicos que participaram do SPQ do CORECON projetam para este ano uma taxa de 15,4% para a formação bruta de capital em relação ao PIB, o que mostra que a economia nacional continua com pequena capacidade de investimento.

CONTAS DO GOVERNO

Persiste a dificuldade para o governo Itamar Franco fechar o ano com as contas equilibradas. Segundo projeções dos economistas que participaram do SPQ, o Tesouro fechará o período com déficit de 1,14%.

JUROS

A taxa de juros real (descontada a TR do período) continuará evoluindo positivamente neste bimestre segundo

SISTEMA DE PROJEÇÕES QUALIFICADAS (5º bimestre/94) - Indicadores Econômicos		
	SETEMBRO	OUTUBRO
Inflação (%) - IPC-R (%)	2,77	3,65
Taxa de Juros Real (%) (descontada a TR do período) (sob títulos públicos)	2,07	2,13
Taxa de Câmbio (%)	0,09	0,76
Dólar Paralelo (*)	R\$ 0,92	R\$ 0,95
Dólar Comercial	R\$ 0,90	R\$ 0,92
Produção Industrial (%) (anualizada)	5,14	5,27
Superávit Comercial (US\$ 1.000.000.000)	1,10	0,97
	(1994 / 1993)	
Produto Interno Bruto (%)	3,93	
Taxa de Desemprego (IBGE) (%)	6,58	
FBK / PIB (%)	16,44	
Contas Governo / PIB (%) (*)	Déficit	1,14
	Superávit	-
(*) Cotação do dólar no último dia do mês (**) Resultado operacional		

os economistas do CORECON. O Banco Central (BC) manterá, portanto, a política de taxas elevadas, com objetivo de frear a formação de estoques especulativos. Em setembro, os juros deverão ficar em 2,07% subindo para 2,13% em outubro.

DÓLAR COMERCIAL /PARALELO

As oscilações da moeda americana no câmbio comercial permanecerão abaixo de R\$ 1,00 no bimestre em

curso. O mesmo, segundo especialistas ouvidos pelo CORECON, deverá ocorrer como "black". Pelaprevisão, o dólar comercial fechará o mês em R\$ 0,90, com ligeira apreciação em outubro, encerrando o bimestre em R\$ 0,92. Já o paralelo ficará em R\$ 0,92 no final do mês, atingindo R\$ 0,95 no final de outubro.

PRODUÇÃO INDUSTRIAL

A produção industrial continuará em franca expansão. A estimativa dos 12 economistas que participaram do

SPQ é que a taxa (anualizada) baterá os 5,14% este mês, subindo para 5,27% em outubro.

SUPERÁVIT COMERCIAL

A apreciação do real frente ao dólar não impedirá que a balança comercial feche o período com superávit. Segundo os economistas do CORECON, o superávit previsto para este mês é de US\$ 1,1 bilhão, recuando para US\$ 970 milhões em outubro.

PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

O Produto Interno Bruto (PIB) fechará o período com desempenho positivo de 3,93%. Este número, no entanto, representa um crescimento inferior aos 5% apurados no ano passado.

OBSERVAÇÕES

- 1) As projeções foram realizadas entre os dias 23 de agosto e 2 de setembro.
- 2) Todas as projeções refletem a média de opinião dos economistas ouvidos pelo CORECON.
- 3) Como fonte de indicadores passados, presentes e futuros foram utilizadas as informações do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo; da Andima; da Fundação Getúlio Vargas; da Fipe; do IBGE e do Banco Central.
- 4) Economistas Consultados: Uriel Magalhães (UM Consultores); José Cláudio Ferreira da Silva (IPEA); Rodrigo Quental (CVRD); Adhemar Mineiro (Dieese-RJ); Cláudio Contador (IPEA); José Eduardo Pereira (BNDES); José Clemente (Petroquímica União); Sérgio Werlang (FGV); Flávio Castelo Branco (CNI); Reinaldo Gonçalves (UFRJ); Túlio Duran (UFRJ); Gil Pace (GPC Consultores).

Movimento de Renovação dos Economistas 1994

Os economistas têm diante de si um quadro que impõe a todos os segmentos do povo brasileiro um imenso esforço para construir uma sociedade baseada na ética e na justiça social. As lutas do passado recente colocaram foco a questão da ética na política, na qual todo o país e suas entidades representativas se engajaram, resultando em um inédito afastamento do presidente da República, e principalmente na elevação da ética e do bom trato com a coisa pública como um dos pontos importantes nas discussões sobre a construção de um novo projeto de país. As entidades de economistas do Rio de Janeiro - CORECON-RJ, IERJ e SINDECON-RJ - que se jogaram desde o primeiro momento, e com toda a sua força nessa luta, expressando a preocupação do conjunto da categoria com uma questão que envolvia toda a Nação, tomam como tarefa fundamental neste momento discutir a questão do resgate da questão social, juntando forças e capacitação na tarefa fundamental de eliminar um quadro de exclusão social que envergonha a tantos quanto tenham ética nesse país.

Tomaram conta do país, nos últimos anos, as preocupações com a pobreza, a fome, a miséria, o emprego e a possibilidade de construir um novo modelo de desenvolvimento que fosse capaz de responder consistentemente a esse quadro. Os economistas e suas entidades se engajaram nessa luta, não apenas juntando forças com outros setores da sociedade e entidades democráticas e populares, mas abrindo também um espaço específico para a reflexão e a contribuição dos nossos profissionais. As entidades de economistas buscaram estimular essa discussão através de suas publicações e seus grupos de trabalho - reunião livre e voluntária de economistas com interesses comuns no estudo de temas.

Como eixo, ao lado da discussão da miséria, os economistas tentam levar adiante a discussão de um novo projeto nacional de desenvolvimento, articulado e que reforce a democracia e rompa com a lógica da exclusão social, permitindo atacar o problema social em todos os aspectos, tentando eliminar de vez a miséria, a fome e a violência existentes no Brasil.

Para o próximo triênio, além da continuidade dos temas já tratados, os economistas agora engajados na renovação do terço do CORECON-RJ deverão avançar na discussão do projeto nacional de desenvolvimento. Mais do que isso, será necessário aliar essa discussão com a questão da busca de uma alternativa de desenvolvimento sócio-econômico para o Estado do Rio de Janeiro, evitando que o tema siga como um ponto menos importante de nossa pauta política.

É para avançar nesse rumo que o MOVIMENTO DE RENOVAÇÃO DOS ECONOMISTAS se propõe a continuar trabalhando, como vem fazendo a vários anos, integrando organicamente as entidades de economistas e os profissionais,

dentro de uma perspectiva democrática e pluralista de discussão, mas de um posicionamento que deve reafirmar o caminho que vem sendo trilhado nos últimos anos de combate às políticas recessivas e de desmantelamento do Estado, instrumento importante para alavancar um novo projeto de desenvolvimento solidário voltado para o reforço à democracia e à eliminação da exclusão social.

É nesse sentido que propomos à categoria as prioridades a seguir:

1. Mobilizar e unificar os economistas do Rio de Janeiro para junto aos demais fóruns regionais e nacionais, pensar a construção de um projeto nacional articulado de desenvolvimento, buscando simultaneamente refletir sobre alternativas para o desenvolvimento econômico e social do Rio de Janeiro;
2. Dar continuidade ao processo de formação e valorização profissional dos economistas, hoje em desenvolvimento nas entidades, continuando o trabalho conjunto com os estudantes e a ANGF (que inclui o boletim conjunto), trabalhando no sentido da constante adequação do currículo de economia nas escolas, e incentivando e promovendo cursos de extensão e reciclagem;
3. Trabalhar no sentido de viabilizar a edição de uma revista especializada na divulgação de temas econômicos;
4. Continuar o trabalho no rumo da integração orgânica, na perspectiva da unificação, das entidades de economistas do Rio de Janeiro - IERJ, CORECON e SINDECON, reconstruindo a Casa do Economista do Rio de Janeiro, na defesa dos interesses e das discussões específicas da categoria, e no seu engajamento nas lutas da sociedade civil, em conjunto com outras entidades importantes da sociedade civil do Rio de Janeiro (ABI, OAB-RJ e Clube de Engenharia, entre outras);
5. Fortalecer a relação com as Delegacias Regionais do CORECON-RJ, continuando um projeto de interiorização das atividades regulares promovidos pelas entidades de economistas do Estado.

CHAPA

CONSELHEIROSEFETIVOS: Carlos Lessa - Prof. UFRJ • José Clemente Oliveira - COPENE • Sidney Pascoutto - Eletrobrás

SUPLENTE: Miguel Dirceu Fonseca Tavares - UERJ • Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira - CEF • José Antônio Lutterbach Soares - IBGE

DELEGADOSELEITORES: Régis Norberto da Cunha Alimandro - FGV • Gilberto Alcântara da Cruz - Engevix Engenharia

Conselho Regional de Economia - 1ª Região/RJ - Edital de convocação de eleições

O Conselho Regional de Economia realiza, no dia 26 de outubro, eleição para a renovação de representantes do CORECON-RJ 1ª Região. A votação acontece das 9h às 17h30min para preenchimento dos cargos de três conselheiros-efetivos e três conselheiros-suplentes, com mandato de três anos (1995, 1996, 1997); um delegado eleitor-efetivo e um delegado eleitor-suplente ao colégio eleitoral do COFECON.

Conforme legislação pertinente, o CORECON publicou no mês de agosto, em jornal de grande circulação - O Globo - e no Diário Oficial o Edital de Convocação para as eleições.

Poderão votar os economistas registrados na jurisdição do CORECON-RJ, portadores de inscrições definitivas ou provisórias e quites com as suas anuidades até a data da realização do pleito, não sendo permitido o voto por meio de procuração

ou por correspondência. No ato da votação, deverá o economista exibir junto a mesa eleitoral documento hábil de identificação e assinar a folha de votação que obedecerá a ordem numérica dos registros do CORECON-RJ. Os locais de votação serão os seguintes:

- 1) CAPITAL:**
1ª seção - BNDES, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - Av. República do Chile 100, térreo. 02 mesas eleitorais: Mesa 01 - faixa de registros definitivos de 00.001 à 03.650. Mesa 02 - faixa de registros provisórios;
2ª seção - FGV, Fundação Getúlio Vargas - Praia de Botafogo 190. Mesa 01: registros definitivos de 03.651 à 05.800;
3ª seção - PUC, Pontifícia Universidade Católica - Rua Marquês de São Vicente 225. Mesa 01 - registros defini-

tivos de 05.801 à 07.750.

4ª seção - IPEA, Instituto de Planejamento Econômico e Social - Av. Pres. Antonio Carlos 51. Mesa 01 - registros definitivos de 07.751 à 09.700.

5ª seção - ELETROBRÁS, Centrais Elétricas Brasileiras - Ed. Bela Cap, Av. Pres. Vargas 642, 2º andar. Mesa 01 - registros definitivos de 09.701 à 11.550. Mesa 02 - (Ed. Hermes Stoltz, Av. Pres. Vargas 409, 10º andar) registros definitivos de 11.551 à 13.400.

6ª seção - UFF, Universidade Federal Fluminense - Rua Tiradentes 17, São Domingos, Niterói. Mesa 01 - registros definitivos de 13.401 à 15.100.

7ª seção - IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Rua Visconde de Niterói 1296. Mesa 01 - registros definitivos de 15.101 à 16.850.

8ª seção - IERJ, Instituto dos Economis-

tas do Rio de Janeiro - Av. Rio Branco 109, 19º andar. Mesa 01 - registros definitivos de 16.851 à 18.500.

9ª seção - CORECON, Conselho Regional de Economia/RJ, Av. Rio Branco 109, 19º andar. Mesa 01 - registros definitivos de 18.501 em diante.

2) INTERIOR
10ª seção - AESE, Associação dos Economistas do Sul Fluminense - Rua Oswaldo Pinto da Veiga 183 S/309 - V. Santa Cecília - Volta Redonda.

11ª seção - Delegacia de Campos - Av. Dom Bosco 49 - Campos/RJ.

NOTA:
 O voto poderá ser em outra seção que não a designada, desde que sejam apresentados documentos de identificação.

Jornal dos Economistas

IMPRESSO

Entregue aos Correios até 20.10.94

PORTE PAGO

DR/RJ
 ISR 52.2246/86

